

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN E UNIVERSIDAD DISTRITAL FRANCISCO JOSÉ DE CALDAS.

ACUERDO DE COOPERACIÓN QUE AQUÍ SE ESTABLECE ENTRE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DEL RIO GRANDE DEL NORTE (UFRN) Y UNIVERSIDAD DISTRITAL FRANCISCO JOSÉ DE CALDAS.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**, com sede à Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal, Estado do Rio Grande do Norte, CEP: 59.078-970, Brasil, doravante denominada **UFRN**, neste ato representada por sua Magnífica Reitora, **Profª. Drª. ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ**, e **UNIVERSIDAD DISTRITAL FRANCISCO JOSÉ DE CALDAS**, CALLE 13, Nº 31-75, BOGOTÁ, COLOMBIA, **UDFJC**, neste ato representada por seu RECTOR **RICARDO GARCÍA DUARTE** resolvem de comum acordo celebrar o presente Acordo de Cooperação em conformidade com a legislação vigente em seus respectivos países e mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

LA **UNIVERSIDAD FEDERAL DEL RIO GRANDE DEL NORTE**, ubicada en Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Campus Universitario, Lagoa Nova, Natal, Provincia del Rio Grande del Norte, CEP: 59.078-970, Brasil, en adelante designada **UFRN**, representada en este acto por su Magnífica Rectora, **Prof. Drª. ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ**, y **UNIVERSIDAD DISTRITAL FRANCISCO JOSÉ DE CALDAS**, CALLE 13, Nº 31-75, BOGOTÁ, COLOMBIA, en adelante designada, **UDFJC**, representada en este acto por su RECTOR **RICARDO GARCÍA DUARTE**, deciden de común acuerdo establecer este Acuerdo de Cooperación de conformidad con la legislación vigente en sus respectivos países y respetando las siguientes cláusulas y condiciones:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo é estabelecer uma cooperação mútua e ampla entre a UFRN e a UDFJC, visando desenvolver em conjunto ações de mútuo interesse por meio de:

1.1. Visitas e intercâmbio de professores, estudantes e técnicos administrativos das referidas instituições objetivando a realização de atividades voltadas à pesquisa, ensino, extensão e gestão universitária;

1.2. Constituição de grupos de trabalho, elaboração e desenvolvimento conjunto de projetos e programas de cooperação a curto, médio e longo prazos;

1.3. Organização conjunta de eventos acadêmicos, científicos e culturais;

CLAUSULA PRIMERA - DEL OBJETO

El objeto de este Acuerdo es establecer una cooperación mutua y amplia entre la UFRN y UDFJC, con el fin de desarrollar conjuntamente acciones de mutuo interés mediante:

1.1. Visitas e intercambio de profesores, estudiantes y personal técnico-administrativo de las instituciones mencionadas, con miras a la realización de actividades dirigidas a la investigación, docencia, extensión y gestión universitaria;

1.2. Formación de grupos de trabajo, preparación y desarrollo conjunto de proyectos y programas de cooperación a corto, mediano y largo plazo;

1.3. Organización conjunta de eventos académicos, científicos y culturales;

DM

1.4. Cursos de diferentes níveis e categorias;

1.5. Consultoria técnica;

1.6. Intercâmbio de informações e publicações acadêmicas, científicas e culturais;

1.7. Facilitação do acesso à infraestrutura informacional e laboratorial das respectivas instituições.

1.4. Cursos de diferentes niveles y categorías;

1.5. Consultoría técnica;

1.6. Intercambio de información y publicaciones académicas, científicas y culturales;

1.7. Simplificación del acceso a la infraestructura de información y de laboratorio de las instituciones respectivas;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Para a execução do objeto acordado na cláusula primeira, as partes interessadas elaborarão projetos específicos definidos em Planos de Trabalho, devidamente aprovados e vinculados ao presente Termo de Cooperação.

2.1. Os planos de trabalho ou Projetos aludidos nesta cláusula deverão seguir as normas do Plano de Trabalho previsto no art. 116 da Lei 8.666/93, contendo no mínimo as seguintes informações:

2.1.1. Identificação do objeto a ser executado;

2.1.2. Identificação dos executores e as responsabilidades assumidas entre as partes interessadas;

2.1.3. Metas a serem atingidas;

2.1.4. Etapas ou fases de execução;

2.1.5. Previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas.

2.2. Caso seja necessário, serão elaborados Termos Aditivos ou Acordos específicos para definir regras de operacionalização das atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA COORDENAÇÃO

As atividades desenvolvidas com base no presente Acordo de Cooperação Acadêmica terão a supervisão e coordenação dos responsáveis pela

CLAUSULA SEGUNDA - DE LA EJECUCIÓN

Para la ejecución del objeto acordado en la clausula primera, las partes interesadas elaborarán proyectos específicos definidos en Planes de Trabajo, debidamente aprobados y vinculados a este Acuerdo de Cooperación.

2.1. Los planes de trabajo o Proyectos a los que se hace referencia en esta cláusula seguirán las reglas del Plan de Trabajo establecido en el artículo 116 de la Ley 8.666/93, y contendrán al menos la siguiente información:

2.1.1. Identificación del objeto que se ejecutará;

2.1.2. Identificación de los ejecutores y las responsabilidades asumidas por las partes interesadas;

2.1.3. Metas que se alcanzarán;

2.1.4. Etapas o fases de ejecución;

2.1.5. Fecha prevista para el inicio y el final de la ejecución del objeto, así como para la finalización de las etapas o fases programadas.

2.2. Si necesario, se elaborarán Adendas o Acuerdos específicos para definir reglas de operacionalización de las actividades.

CLÁUSULA TERCERA - DE LA COORDINACIÓN

Las actividades desarrolladas en el marco de este Acuerdo de Cooperación Acadêmica tendrán la supervisión y coordinación de los responsables del



área internacional de cada instituição, ou por aqueles oficialmente designados para representá-las. Na UFRN, pelo Secretário de Relações Internacionais e Interinstitucionais (SRI), Prof. Márcio Venício Barbosa. Na UDFJC, pelo Director del Centro de Relaciones Interinstitucionales, Alexis Adame

3.1 As partes poderão recorrer a instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a obtenção dos recursos necessários para financiar, total ou parcialmente, o desenvolvimento das atividades a serem realizadas no âmbito do presente acordo, quando ambas as partes considerarem necessário.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado a partir da data da sua assinatura. Ao término do qual poderá ser renovado por períodos iguais, mediante comunicação por escrito entre as partes e a assinatura do documento correspondente.

CLÁUSULA QUINTA – DO NÚMERO DE VAGAS PARA INTERCÂMBIO

As partes acordantes estabelecerão, anualmente, um número **recíproco** de vagas para professores, estudantes e servidores técnicos, para participação no intercâmbio, conforme oferta a seguir:

Categoria do intercambista	Nº de vagas	Duração do intercâmbio
Professores	02	01 ano
Estudantes	04	01 ano
Servidores Técnicos	02	01 ano

5.1. A duração do intercâmbio ou o número de intercambistas que excedam ao estipulado serão analisados pelas partes.

área internacional de cada institución, o de aquellos oficialmente designados para representarlas. En la UFRN, por el jefe de la Oficina de Relaciones Internacionales e Interinstitucionales (SRI), el Prof. Márcio Venício Barbosa. En la Universidad UDFJC, por Director del Centro de Relaciones Interinstitucionales, Alexis Adame.

3.1 Las partes podrán recurrir a instituciones nacionales o internacionales, públicas o privadas, para obtener los recursos necesarios para financiar, en todo o en parte, las actividades que se llevarán a cabo en virtud de este acuerdo, cuando ambas partes lo consideren necesario.

CLÁUSULA CUARTA - DE LA VALIDEZ

Este Acuerdo de Cooperación será válido por un período de 05 (cinco) años, a partir de la fecha de la firma. Al final del cual podrá renovarse por períodos iguales, a través de aviso por escrito entre las partes y la firma del documento correspondiente.

CLÁUSULA QUINTA - DEL NÚMERO DE PLAZAS PARA EL PROGRAMA DE INTERCAMBIO

Las partes contratantes deberán establecer, anualmente, un número **recíproco** de plazas para profesores, estudiantes y personal técnico, para la participación en el programa de intercambio, de acuerdo con la siguiente oferta:

Categoría del Participante	Número de plazas	Duración del intercambio
Profesor	02	01 año
Estudiante	04	01 año
Personal técnico	02	01 año

5.1. La duración del programa de intercambio o el número de participantes que exceda los números estipulados serán analizadas por las partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DE VISTO

A Instituição anfitriã emitirá os documentos cabíveis a cada intercambista para a emissão de visto de estudante, em concordância com as leis em vigor, sendo de responsabilidade de cada intercambista obter o visto de estudante em seu país de origem em tempo hábil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Cada Instituição deverá envidar todos os esforços para o levantamento de fundos provenientes de fontes internas e externas, a fim de tornar possível a realização de programas de cooperação. De modo que não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes.

7.1 O(s) aluno(s) participantes(s) do programa de intercâmbio pagará(ão) todas as taxas acadêmicas correspondentes à Instituição de origem e será(ão) isentos das taxas de matrícula na Instituição acolhedora.

7.2. Os estudantes de intercâmbio serão responsáveis individualmente por suas despesas de manutenção, alojamento, despesas de viagem e de visto, seguro de saúde, livros e outras despesas pessoais. A não ser que as partes concordem previamente em cobrir alguns ou todos estes gastos.

7.3 Os docentes que participem de intercâmbio serão responsáveis por todos os custos e/ou gastos que não *estejam* explicitados nas normas internas de apoio financeiro à mobilidade docente de cada instituição. Esta cláusula também se aplica aos servidores técnicos.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

As atividades de investigação conjunta que possam produzir resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão

CLÁUSULA SEXTA- DE LA EMISIÓN DE VISADOS

La institución anfitriona emitirá los documentos aplicables a cada participante para la emisión de una visa de estudiante, de acuerdo con las leyes vigentes. Es responsabilidad de cada participante obtener la visa de estudiante en su país de origen en el plazo apropiado.

CLÁUSULA SÉPTIMA - DE LOS RECURSOS FINANCIEROS

Cada institución debe hacer todos los esfuerzos posibles para recaudar fondos de fuentes internas y externas a fin de permitir que se lleven a cabo programas de cooperación. Por lo tanto, no habrá transferencia de recursos financieros entre las partes.

7.1 Los estudiantes que participen en el programa de intercambio pagarán todas las tasas académicas correspondientes a la Institución de origen y disfrutarán de una exención del pago de las tasas de matrícula en la Institución anfitriona.

7.2. Los estudiantes de intercambio serán responsables de sus gastos de mantenimiento, alojamiento, viaje y visa, seguro de salud, libros y otros gastos personales, a menos que las partes acuerden por adelantado cubrir algunos o todos estos gastos.

7.3 Los profesores que participen en el programa de intercambio serán responsables de todos los costos y / o gastos que no *estén* especificados en las reglas internas de apoyo financiero de cada institución para la movilidad de los profesores. Esta cláusula también se aplica al personal técnico.

CLÁUSULA OCTAVA - DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL

Las actividades conjuntas de investigación que puedan producir resultados pasibles de protegerse mediante derechos de propiedad intelectual deben

estar previstas nos Projetos ou Planos de Trabalho vinculados ao presente Acordo de Cooperação. Ambas as Universidades deverão acordar regras de articulação no sentido de garantir a adesão de todos os intervenientes às regras estabelecidas nos seus respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos resultados da cooperação científica ou técnica poderá ser utilizado sem o acordo prévio das duas partes. A parte que deixar de cumprir o pactuado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente.

CLÁUSULA NONA – DO SEGURO

Os professores, estudantes e técnicos administrativos participantes dos programas de cooperação, nos termos deste Acordo, seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora, e deverão contratar um seguro internacional de cobertura médico-hospitalar para a sua permanência no exterior.

CLAUSULA DÉCIMA – DOS DANOS E PREJUÍZOS

Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos e prejuízos que possam ocorrer por motivo de força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuidade das atividades previstas no presente convênio ou seus instrumentos derivados, podendo ser retomadas nas mesmas condições e circunstâncias quando desaparecerem as causas que motivaram sua suspensão, até sua conclusão total.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

As emendas ou alterações de qualquer natureza serão estabelecidas em Termos Aditivos, que se tornarão parte integrante deste Acordo mediante assinatura dos representantes legais das Partes.

incluirse en los Proyectos o Planes de trabajo vinculados a este Acuerdo de Cooperación. Ambas Universidades deben acordar reglas de articulación para garantizar la adhesión de todas las partes a las reglas establecidas en sus respectivos Reglamentos de Propiedad Intelectual. Por lo tanto, ninguno de los resultados de la cooperación científica o técnica puede ser utilizado sin el acuerdo previo de ambas partes. La parte que no cumpla con el contenido de esta cláusula asumirá la responsabilidad legal correspondiente.

CLAUSULA NOVENA - DEL SEGURO

Los profesores, estudiantes y personal técnico-administrativo involucrados en los programas de cooperación en el marco de este Acuerdo deberán cumplir con los requisitos de inmigración del país de la institución anfitriona y deben contratar un seguro internacional con cobertura médica y hospitalaria por el período de su estadía en el extranjero.

CLÁUSULA DÉCIMA- DE LOS DAÑOS Y PÉRDIDAS

Se acuerda expresamente que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que puedan ocurrir por fuerza mayor o por casos fortuitos que impidan la continuidad de las actividades establecidas en este acuerdo o en sus instrumentos derivados, con la posibilidad de reanudarse estas actividades bajo las mismas condiciones y circunstancias ante la desaparición de las causas que llevaron a su suspensión, hasta su conclusión total.

CLÁUSULA UNDÉCIMA - DE LAS ENMIENDAS

Las enmiendas o cambios de cualquier naturaleza se establecerán en Adendas, que se convertirán en una parte integral de este Acuerdo una vez firmadas por los representantes legales de las Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

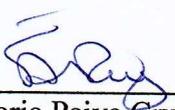
Este Termo de Cooperação poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer uma das partes, desde que aquela que assim o desejar comunique à outra, por escrito, com antecedência de cento e oitenta (180) dias. As atividades em andamento, por força de projetos previamente aprovados e cobertos por Termos Aditivos, não serão prejudicadas, devendo, conseqüentemente, ser concluídas ainda que ocorra denúncia por uma das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Acordo, as partes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as partes indicarão, de comum acordo, um terceiro, para atuar como mediador.

E, por estarem assim acordados, assinam o presente instrumento em duas vias bilingües (idioma português / espanhol) de igual teor e forma, para fins de direito.

Natal/BR, 14 de 09 de 2018



Prof. Ângela Maria Paiva Cruz
Reitora da UFRN



CLÁUSULA DUODÉCIMA - DE LA RESCISIÓN

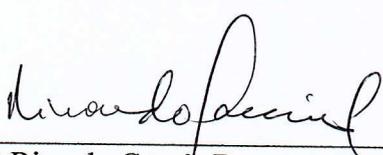
Este Acuerdo de Cooperación puede ser denunciado y / o rescindido por cualquiera de las partes, siempre que la parte que lo desee envíe una comunicación a la otra parte, por escrito, con antelación de ciento ochenta (180) días. Las actividades en curso, en virtud de proyectos aprobados previamente y cubiertos por Adendas, no se verán comprometidas y, por lo tanto, deben completarse incluso si una de las partes presenta una queja.

CLÁUSULA DECIMO TERCERA - DEL JUZGADO COMPETENTE

Para resolver cualquier duda que pueda surgir en la implementación e interpretación de este Acuerdo, las partes se esforzarán por llegar a una solución amistosa. Si eso no es posible, las partes deberán indicar, de común acuerdo, un tercero, para actuar como mediador.

Y, en fe de lo cual, las partes firman este instrumento en dos copias bilingües (idioma portugués / español) de igual contenido y forma, a los efectos de la ley.

Bogotá/CO, 16 de NOV. de 2018.



Prof. Ricardo García Duarte
Rector de la UDFJC

